

Pazuello na CPI

O depoimento do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello, o mais aguardado da CPI, está marcado para as 9h de quarta-feira (19). General da ativa do Exército e sem experiência prévia na área de saúde, Pazuello comandou o ministério de maio de 2020 a março de 2021. Por ter seguido as ordens de Bolsonaro, diferentemente de Mandetta e Teich, Pazuello pode causar danos à imagem do presidente.

A AGU conseguiu no STF um habeas corpus que permite ao militar ficar calado sempre que entender que as perguntas podem levá-lo a produzir provas contra si. Nas demais, terá de falar a verdade. Senadores tentarão fazer com que Pazuello aponte a responsabilidade de terceiros nas decisões adotadas para controlar a pandemia.

Próximos depoimentos

Terça-feira: o ex-chanceler Ernesto Araújo presta depoimento sobre sua atuação na busca por insumos, medicamentos e vacinas. Atritos provocados por Araújo com a China prejudicaram o combate à pandemia.

Quinta-feira: a médica Mayra Pinheiro, secretária de Gestão do Trabalho e da Educação do Ministério da Saúde, será inquirida pela CPI, especialmente sobre a sua defesa em relação a cloroquina.

Negociações com a Pfizer

Bolsonaro tenta emplacar a narrativa de que não houve prejuízo à vacinação o fato de ter ignorado ao menos cinco

ofertas de doses do imunizante da Pfizer em 2020. A compra só saiu em março de 2021. Segundo Carlos Murillo, gerente-geral da Pfizer na América Latina, se tivesse firmado o contrato no ano passado, o Brasil poderia ter recebido 1,5 milhão de doses em dezembro e 2,5 milhões de janeiro a março.

Como a proposta original era de 70 milhões de doses e o contrato assinado em março prevê 100 milhões de doses até o final do ano, governistas alegam que o país saiu ganhando. O número final de doses de fato aumentou, mas em maio foram distribuídas 1,6 milhão de doses da Pfizer.

Vacinação a passos lentos

A paralisação das produções de vacinas pelo Butantan e Fiocruz por falta de insumos que vêm da China contribui para o sentimento de lentidão na imunização. A vacinação anda e para pelo país e só tende a ter ritmo alto e constante depois de julho, o que atrasa a retomada da economia.

Em quatro meses de campanha, o Brasil vacinou quase 40 milhões de pessoas com a primeira dose e quase 20 milhões com a segunda. Um quinto da população recebeu ao menos uma dose.

A assinatura de um novo contrato de 100 milhões de doses com a Pfizer – totalizando 200 milhões em 2021 – ajuda o governo na narrativa sobre seu empenho pró-vacina. O maior volume chegará a partir de outubro.

Com o novo contrato, o governo federal subiu para 662,9 milhões o número de doses de vacinas contratadas de dife-

rentes fabricantes. A soma inclui 20 milhões de doses Covaxin e mais 10 milhões da Sputnik V, imunizantes que dependem do aval da Anvisa para serem aplicados.

Aproximação com Biden

A posição do Brasil de apoiar as negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre a licença temporária de patentes de vacinas contra a Covid-19 é vista como uma forma de tentar se aproximar ao novo governo dos EUA. Na prática, com escassez de insumos e a demora na transferência de tecnologias, a medida não resolveria a carência atual de vacinas.

“Orçamento secreto”

O governo tem se desdobrado para explicar o chamado “orçamento secreto”, revelado pelo jornal O Estado de S.Paulo, que teve acesso a ofícios enviados por parlamentares governistas ao Ministério do Desenvolvimento Regional com indicação do destino de R\$ 3 bilhões do Orçamento de 2021. Um caso de verbas públicas em troca de apoio.

Governo e Centrão acertaram o repasse por meio das emendas do relator, que não contemplam todo Congresso, ao contrário das emendas individuais. Dificilmente o caso terá consequência além de dar discurso à oposição. Distribuir recursos a aliados é uma prática tradicional em Brasília.

PP negocia com ministros

Crescem as especulações sobre mudanças de partidos, visando as eleições de

2022. O ministro das Comunicações, Fábio Faria (RN), deve deixar o PSD e negocia com o PP. O PSD não deve apoiar Bolsonaro na próxima eleição, assim, Faria quer um partido governista para disputar uma vaga ao Senado ou a reeleição à deputado. Quem faz planos similares é a ministra da Agricultura, Tereza Cristina (MS), que avalia deixar o DEM. O PP também tem interesse na deputada, que cogita tentar vaga ao Senado.

Guedes resiste

O ministro da Economia, Paulo Guedes, já teve mais força no governo e prestígio fora dele, porém continua com apoio importante de parte do PIB. Guedes ainda é um ativo eleitoral de Bolsonaro junto ao mercado.

O presidente fez intervenções na Petrobras e no Banco do Brasil, não usou seu capital político para acelerar as reformas e driblou, em acordo com o Centrão, o teto de gastos em 2021. A relação de reveses levaria um dito superministro a pedir demissão, mas Guedes é perseverante. E na ala liberal do governo defende-se a ideia de que seria pior sem ele, pois o substituto não teria força para barrar todos os projetos fura-teto.

Reformas a passos lentos

Guedes sonha com as reformas tributária e administrativa. Por ora, é plausível aprovar em 2021 algum ponto de uma reforma tributária fatiada. O primeiro item está na Câmara dos Deputados e trata de impostos federais: a criação da

Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) a partir da unificação de PIS e Cofins. Estados poderiam, por adesão, adotar o modelo com o ICMS.

Guedes também deseja reduzir o Imposto de Renda de pessoa de jurídica e criar um imposto sobre lucros e dividendos. Outra etapa é a renegociação de dívidas com a União – empresários pressionam por um Refis. Por fim, Guedes não desistiu da “nova CPMF”, o imposto sobre transações digitais. O ministro diz que pretende discutir esse item após a aprovação dos anteriores.

O tempo, porém, é inimigo das reformas. Se até dezembro deste ano não forem aprovadas mudanças, dificilmente haverá tempo hábil para finalizar a

tramitação. Temas complexos polêmicos, que podem ser amargos aos eleitores, não costumam ser pautados em ano eleitoral. E deputados e senadores estão de olho na eleição de 2022.

Por falar em eleição

O Datafolha divulgou pesquisa com panorama da eleição presidencial de outubro de 2022. Os números mostram a polarização entre Lula (PT) e Jair Bolsonaro (sem partido) e a dificuldade para viabilizar a terceira via. O segundo turno tem Lula à frente de Bolsonaro (55% a 32%). Porém, o presidente aposta na alta da economia com o avanço da vacinação para consolidar sua reeleição. Não há favorito.

Reforma ministerial

Após trocar Pazuello por Queiroga, Bolsonaro concluiu a reforma ministerial:

Relações Exteriores: Carlos França no lugar de Ernesto Araújo;

Defesa: Walter Braga Netto no lugar de Fernando Azevedo e Silva;

Casa Civil: Luiz Eduardo Ramos no lugar de Braga Netto;

Secretaria de Governo: Flávia Arruda no lugar de Ramos;

Justiça: Anderson Torres no lugar de André Mendonça;

AGU: Mendonça no lugar de José Levi.

- Araújo se inviabilizou com o Senado e a China. Bolsonaro escolheu seu antigo chefe do cerimonial, diplomata conhecido pela discrição;

- Torres foi um aceno à bancada da segurança. Delegado de PF, Torre foi assessor parlamentar e secretário de Segurança no DF;

- Flávia Arruda, que é deputada e mulher do ex-governador do DF José Roberto Arruda, colocou o Centrão no Planalto. É nome do presidente da Câmara, Arthur Lira;

- Ramos foi para Casa Civil, e Braga Netto ficou na Defesa. A saída de Azevedo resultou na demissão dos comandantes das Forças Armadas;

- Mendonça retornou à AGU com chance de deixar o governo. Pastor, ele pode chegar ao STF com a aposentadoria de Marco Aurélio Mello em julho.

- Remanescentes, Ricardo Salles (Meio Ambiente) e Milton Ribeiro (Educação) seguem na mira do Centrão.